



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 077

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 133ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Preocupações do Prefeito municipal de Ubá — MG, Sr. José

Bigonha Bazolla, em face da possível cobrança judicial dos débitos previdenciários daquela comuna. Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Carapicuíba—SP, denunciando artifícios praticados na comercialização de leite aromatizado, objetivando burlar o congelamento de preços em vigor no País.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Manutenção, por decurso de prazo, do veto

presidencial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17/84 (nº 2.845/76, na origem).

— Inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 133ª Sessão Conjunta, em 20 de agosto de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Kalume

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Amir Gaudêncio — Maurício Leite — José Urbano — Nivaldo Machado — Alaor Coutinho — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Alfredo Campos — Severo Gomes — José Fragelli — Enéas Faria — Arno Damiani — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Josué de Souza — PFL.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB.

Maranhão

Edison Lobão — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Freitas Neto — PFL.

Ceará

César Cals Neto — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moyses Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PFL; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; José Moura — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB.

Alagoas

Oséas Cardoso — .

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB.

Bahia

Elquisson Soares — PDT; Felix Mendonça — PTB; França Teixeira — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Prisco Viana — PMDB.

Espírito Santo

Myrthes Bevilacqua — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PMDB; Jorge Cury — PMDB; Mac-Dowell Leite de Castro — PMDB; Osmar Leitão — PFL.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSE LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92 00

Semestral Cz\$ 46 00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Nilton Velloso — PFL; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PC do B; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Farabullini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Renato Cordeiro — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PDT; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Oscar Alves — PSC; Paulo Marques — PMDB.

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; João Gilberto — PMDB; Pedro Germano — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 17 Srs. Senadores e 112 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho em mãos, Sr. Presidente, uma correspondência que me foi dirigida pelo Sr. Prefeito Municipal de Ubá, Minas Gerais, José Bigonha Gazolla, que nos diz estar pressionado pela ameaça que paira sobre a sua Prefeitura, fato que sabemos ocorrer com outras prefeituras do meu Estado e do País, com relação à possível cobrança judicial dos débitos previdenciários das municipalidades.

Na correspondência, Sr. Presidente, que solicito a V. Ex^a, desde já, autorize a sua publicação na íntegra, para que se incorpore ao pronunciamento que faço neste instante, o Prefeito José Bigonha Gazolla, que vem exercendo uma administração digna e com o mais alto espírito público, afirma claramente que não tem condição de pagar esse débito previdenciário, embora queira fazê-lo. Sugere se espere a Constituinte e, com ela, uma reforma tributária real tão esperada por todos e prometida até mesmo em palanques, pelas lideranças políticas, de tal modo que lhe permita fazer frente aos compromissos municipais, sem dependência do Poder Central.

Sugere, portanto, o Sr. Prefeito de Ubá, em Minas Gerais, se deixe a cobrança desses débitos previdenciários para os próximos anos e, como ele mesmo tem a certeza de que as coisas poderão ficar melhores, estará a Prefeitura de Ubá apta a pagá-los com os recursos suficientes e sem colocar o povo na miséria.

Esse, o apelo veemente, que também torno meu, de um Prefeito que tem lutado com todas as suas forças para uma administração digna, que vem sendo exercida, como disse, com o mais alto espírito público.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, como Vice-Líder da Bancada do PDS na Câmara dos Deputados, solicitar a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, de correspondência que recebi do Presidente da Câmara Municipal de Carapicuíba, Estado de São Paulo, do Vereador José Gomes de Oliveira, que nos encaminhou para ciência e apoio. E apoiamos plenamente esse requerimento do Vereador Jamil Pedro Bechara, aprovado na Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Carapicuíba, realizada no dia 11 do corrente mês de agosto.

Solicito a V. Ex^a autorize a publicação deste requerimento do Vereador por se tratar de matéria do mais alto interesse público.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RAUL BERNARDO EM SEU DISCURSO:

Ubá, 24 de junho de 1986.

Exm^o Sr

Deputado Raul Bernardo Nelson de Senna

Câmara dos Deputados

Anexo IV — Gabinete 322

Praça dos Três Poderes

Brasília — DF

Prezado Senhor:

Pressionados pela ameaça que paira sobre as prefeituras, com relação à possível cobrança judicial dos seus débitos previdenciários, tomamos a liberdade de expor a V. Ex^a o seguinte:

Sabemos que devemos — e não fugimos a essa responsabilidade. Podemos ser inadimplentes, porém não por nossa vontade, e sim por força das circunstâncias. Queremos pagar. Mas, como? As nossas receitas vêm caindo assustadoramente, a cada ano.

A Reforma Tributária que foi aprovada pelo Congresso Nacional não atende às nossas demandas. É apenas uma mini-reforma.

Sem uma Reforma Tributária plena, que nos permita auferir receitas reais, e sem o repasse de verbas para os Municípios, torna-se-nos impossível arcar com os nossos mínimos compromissos.

Ainda agora estamos aqui pressionados e intranquilos pela presença de fiscais, revirando toda a nossa documentação, como se estivéssemos escondendo alguma coisa ou não quiséssemos pagar, o que consideramos um acinte à nossa integridade moral.

A nossa situação é das mais constrangedoras. Temos 49 bairros carentes, a maioria sem luz, água tratada, esgoto, captação de águas pluviais, calçamento, área de lazer, etc — herança de cinquenta ou mais anos de administrações passadas.

Temos um povo sofrido, pobre, sem nenhum recurso, grande quantidade de bóias-frias e outro tanto de desempregados — e sem casas, para morar.

Pela manhã, ao levantarmos, já encontramos à nossa porta 20 ou 30 pessoas pedindo-nos alimentação, roupas, serviços, remédios, ajudas, etc.

E o que ganhamos, como subsídios, mal dá para distribuir esmolas à nossa porta: remédios, passagens, estada e alimentação para os mais necessitados.

É preciso primeiro que se sinta o problema na carne para se tomar qualquer posição.

Temos certeza de que, se todos os nossos 4.100 colegas pudessem e soubessem, também escrever-lhe-iam, ou, até mesmo, iriam à presença de V. Ex^a com idêntico apelo.

Sofremos pressões de todos os lados: é a população que quer obras, é o Legislativo que nos cobra o desenvolvimento da administração, é o Estado que nos cobra dívidas. Onde vamos tirar recursos para pagar à Previdência? Ainda agora estamos aqui com o sério problema da Dengue e da Febre Amarela. E temos que sanear o nosso Município. O que fazer? Deixar o povo, que já

passa fome, morrer por falta de saneamento básico e pagar a Previdência?

Nós precisamos contar com a compreensão e o apoio de V. Ex^a, que sabemos ser uma pessoa consciente e que não vai nos levar uma situação vexatória, deixando nossos funcionários sem pagamento e, por conseguinte, passando necessidades.

Temos convicção de que o Presidente Sarney, pelo seu honroso passado, homem sensível e do mais alto espírito público, não vai querer aumentar o sofrimento do povo, impedindo-nos de proporcionar-lhe os meios de uma mera sobrevivência ou matá-los de fome e carência de obras sociais.

Para se ter uma idéia, temos aqui um Bairro com mais de 10.000 pessoas passando necessidades. Adquirimos uma vaca mecânica para fornecer-lhes sopa e pão — e é isso que os está suprimindo de uma certa forma.

Como já é sabido, os Prefeitos do interior são homens sofridos. Muitos nem têm mais condições de pedir — e não merecem ameaças como esta.

Precisamos mesmo é de planos reais e concretos que nos ajudem a arranjar empregos, acabem com a fome e diminuam a mortalidade infantil.

Deve-se procurar, de imediato, outras fontes de receita para a Previdência Social, porque opções existem. Basta que V. Ex^a queira.

Repetimos: não temos condições de pagar, embora o queiramos fazer.

Que se espere a Constituinte e, com ela, uma Reforma Tributária real, tão esperada e prometida em palanques e congressos pelas lideranças políticas, que nos permita fazer frente aos nossos compromissos, para que os Municípios sobrevivam, sem dependência do Poder Central.

Que se deixe a cobrança desses débitos para os próximos anos; aí, sim, temos a certeza de que as coisas poderão ficar melhores — e assim estaremos aptos a apagá-los, se tivermos recursos suficientes e sem colocarmos o nosso povo na miséria.

Aqui está, portanto, o apelo veemente e urgente de um Prefeito que tem lutado com todas as suas forças por uma administração digna e com o mais alto espírito público.

Certos de poder contar com a sua compreensão e generosidade, apresentamos a V. Ex^a os nossos protestos de sincero apreço e distinta consideração.

Cordialmente, José Bigonha Gazolla, Prefeito Municipal.

Carapicuíba, aos 12 de agosto de 1986.

Secretaria

Ofício nº 433/86

Assunto: Requerimento 103/86.

Excelentíssimo Senhor,

Encaminha a V. Ex^a, para ciência e apoio, a cópia do Requerimento nº 103/86, apresentado pelo Vereador Ja-

mil Pedro Bechara e aprovado na sessão ordinária realizada no dia 11 do corrente.

Na ausência de outro particular para o momento, reitero protestos de estima e distinta consideração, subscrevendo-me.

Atenciosamente, José Gomes de Oliveira, Presidente.

REQUERIMENTO

Nº 103, DE 1986

Pude constatar, entre incrédulo, perplexo e revoltado, o grande engodo que se pratica contra o pobre e iludido consumidor brasileiro, esse verdadeiro herói da paciência: esse leite aromatizado em embalagens de 200ml, equivale a um copo não cheio, e cada tipo e marca (dependendo do que se acrescenta), custa um preço diferente, senão vejamos:

Cz\$ 2,60 (produto Paulista — leite aromatizado)

Cz\$ 2,93 (produto Parmalat — leite aromatizado)

Cz\$ 2,98 (produto Parmalat — com biscoito dissolvido)

Esses foram os preços que pude constatar. Imagine-se que se queira, a partir daí, formar um litro de leite. Seria preciso, então, comprar 5 (cinco) dessas caixinhas, o que equivaleria a dispendir as seguintes importâncias:

Cz\$ 2,60 x 5 = Cz\$ 13,00

Cz\$ 2,93 x 5 = Cz\$ 14,65

Cz\$ 2,98 x 5 = Cz\$ 14,90

Será que o povo tem condições de adquirir um litro de leite dessa forma?

É uma vergonha, um abuso, uma exploração, uma desonestidade que se pratica contra todos nós, brasileiros. A conclusão a que se chega é a de que existe leite e em grande quantidade, tanto é verdade que se inventa esses artificios (leite aromatizado) para vender o mesmo produto, só que por um preço abusivo e em embalagens de apenas 200ml. Retira-se do consumidor a possibilidade de ter o leite diariamente, em saquinhos plásticos, cria-se embalagens que encarece (veja-se também o preço do Longa Vida — 1 litro — Cz\$ 5,38). É mais uma das formas para obter mais lucro e tentar derrotar o Plano Cruzado. Resumindo: os produtores continuam ganhando nas nossas costas, traiçoeiramente, e nós continuamos com nossos salários congelados, sendo devorados pela desonestidade e falta de sensibilidade de alguns poucos brasileiros.

Admira-me, sobretudo, os olhos cegos do Governo a tudo isso. Será que apenas este Vereador percebeu tais artimanhas, tais assaltos contra o povo? Creio que não.

À época do lançamento do Plano Cruzado todo o povo rendeu-se ao Governo, nós mesmos, de outros Partidos nos rendemos. Louvamos a coragem e a ousadia, e principalmente o interesse demonstrado em salvar o País

do caos e proteger os cidadãos dos inescrupulosos e desonestos. Parece, entretanto, que o Plano ficou só no nome um Plano. Dia a dia estamos vendo os produtos aumentando de preço; muitos criando mil e uma formas de nos enganar (veja o caso acima), e o Governo parece que nada vê até quando vamos suportar isso? Temos procurado comportar-nos como os fiscais do Sarney, mas cansa, estamos esgotados, estamos revoltados e principalmente, estamos nos sentido como palhaços.

Que se oficie, para apoio, à Imprensa compreendendo os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *A Região* e *O Diário de Osasco*. Também às lideranças dos partidos na Assembléia Legislativa do Estado e na câmara Alta. Finalmente, que se oficie à jornalista e apresentadora de televisão, Sílvia Popovic e ao diretor do Programa "São Paulo à Tarde", levado ao ar pela TV Record, jornalista Paulo Marcum, e a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões Laerte Cearense, 11 de agosto de 1986. — Vereador Jamil Pedro Bechara.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Esgotou-se, no dia 18 do corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1984 (nº 2.845/76, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o seguro que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o veto é considerado mantido.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Presidência verifica que não há, em plenário, número mínimo regimental de parlamentares para a continuidade dos nossos trabalhos. Nestas condições, irá decretar o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine* da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 8 e 18/86, (10ª sessão), 19 e 20/86 (8ª sessão), 22/86 (7ª sessão), 21/86 e a apreciação da Mensagem Presidencial nº 40, de 86 (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cz\$ 60,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

REVISTA DE INFORMAÇÃO

LEGISLATIVA Nº 88

Está circulando o nº 88 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 400 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- **Constituição e Instituições** — José Arthur Rios
- **As bases constitucionais do Direito Penal Democrático** — René Ariel Dotti
- **Os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito brasileiro** — Almir de Oliveira
- **Teoria do Direito e crítica histórica** — Nelson Saldanha
- **Ideologismo e ciência política** — J. Cretella Júnior
- **O poder regional. Autonomia municipal e constituinte** — José Nilo de Castro
- **O contencioso administrativo e a nova meta da especialização da Justiça — uma proposta de reforma do Poder Judiciário** — Dilvanir José da Costa
- **O sistema internacional de patentes e a nova ordem econômica internacional — considerações breves** — Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- **Aquisição da propriedade pelo usucapião** — Sílvio Meira
- **A reforma agrária, o Executivo e o Congresso Nacional** — Paulo de Figueiredo
- **A consolidação da burguesia rural no Distrito Federal: aspectos ideológicos** — Vilma Figueiredo, Brancolina Ferreira e Caetano Ernesto Pereira de Araújo
- **Subsídios a uma metodologia para assentamento de agricultores** — Marcus Venício Alves da Cunha
- **A lei antitruste brasileira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE: alguns aspectos** — José Inácio Gonzaga Franceschini
- **A nova lei das concordatas** — Márcio Antônio Inacaratto
- **De nuevo sobre la prisión provisional en España** — Antonio M^º Lorca Navarrete
- **A prevenção da reincidência** — Armida Bergamini Miotto
- **Medida cautelar de separação de corpos** — Domingos Sávio Brandão Lima
- **A edição no Brasil** — Fábio Maria de Mattia
- **O aprimoramento da proteção aos direitos de autor na reprografia e a necessidade de retorno do domínio público remunerado** — Carlos Alberto Bittar

À venda na
Subsecretaria de Edições
Técnicas
Senado Federal

PREÇO:
Cz\$
36,00

Anexo I
22º andar

Assinatura para
1986 (nºs 89 a 92):
Cz\$ 160,00

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília,
a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
(Brasília, DF — CEP: 70160.) Atende-se também pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cz\$ 0,17